

Dentre os analistas e intelectuais das Ciências Sociais, observa-se, em termos amplos, duas maneiras de entender a experiência de desenvolvimento da República Popular da China (RPC) e sua ascensão econômica. A primeira, a mais comum, é apresentar a experiência de desenvolvimento chinesa como mais um ensaio de *catch up* de um país capitalista com forte presença do governo/Estado na gestão dos assuntos públicos/privados. A bibliografia sobre “tipos de capitalismo” é frequentemente utilizada, além de expressões alheias ao pensamento liberal ou ortodoxo, como “capitalismo de Estado”¹. Por outro lado, observa-se um segundo grupo de intelectuais minoritários que enxergam a experiência do desenvolvimento da RPC como um acontecimento sem precedentes, como uma experiência social inédita.

Nesse segundo caminho heurístico, encontra-se a obra disruptiva de Elias Jabbour e Alberto Gabriele, *China: o socialismo do século XXI*, que se poderia sintetizar com três expressões: resgate, criatividade e inovação. O resgate observa-se, em primeiro lugar, nos fundamentos dialéticos da metodologia marxista, do conceito chave de formação econômico-social (FES) e sua revitalização para entender as mudanças contemporâneas nas experiências socialistas; em segundo lugar, no conceito de “nova economia de projetamento”, que tem sua origem com Ignácio Rangel. A criatividade está no conjunto da obra, que articula teoria e empiria de maneira brilhante. E a inovação reflete-se no resultado acabado como material indispensável para entender a China, o que catapulta a obra como um “clássico” *avant la lettre*.

Os autores se propuseram entender a China moderna a partir das ferramentas ontológicas, teóricas e metodológicas do marxismo. Em outros termos: trata-se de um esforço intelectual ímpar, cujo objetivo é compreender um fenômeno social – o nascedouro de um modo de produção embrionário na China –, para logo ressignificar as totalidades entendidas a partir de dois conceitos: FES e meta-modo de produção (MMP). Logo depois, os autores esmiuçam as particularidades (unidades de contrários), produto de uma pesquisa empírica louvável.

* Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor adjunto pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, professor visitante na Business School Jianxing University, editor de Estudos Internacionais, Revista de Relações Internacionais da PUC Minas.

1 A expressão utilizada por Lenin, “capitalismo de Estado”, em 1918, sugere um passo à frente de um “Estado capitalista” no caminho ao socialismo. Não pretendemos abrir esse debate neste ensaio, mas destacar que foi no debate dos revolucionários socialistas onde se debateu e cunhou essa expressão.

Não obstante, a interpretação da experiência chinesa de Jabbour e Gabriele como um “socialismo real”, em processo embrionário, denominado “nova economia de projetamento” (NEP), vai muito além de uma visão binária dos fatos sociais. A obra não só desafia o “senso comum” a respeito dos entendimentos sobre a China, como também os padrões e estruturas cognitivas para compreender o significado de capitalismo, socialismo e desenvolvimento, assim como o questionamento cientificamente embasado do mito de *homo economicus*, muito caro ao pensamento econômico ortodoxo.

Desde o nosso ponto de vista, o livro apresenta uma grande inovação interpretativa e conceitual de mérito teórico ímpar: trata-se, como mencionamos, do resgate do conceito “formação econômico-social” (FE como a totalidade social mais acabada para compreender a experiência chinesa e suas contradições. O resgate desse conceito se articula com uma metodologia genuinamente dialética (hegeliana/marxista), que parecia ter ficado nos cantos mais ocultos do pensamento crítico, rendido ao canto das sereias do positivismo.

Trata-se de um esforço singular para interpretar a emergência “do novo”, uma nova FES, no âmbito da estrutura global dominada pelo modo capitalista de produção e a lei do valor. Uma outra grande inovação da obra apresenta-se no entendimento do sistema capitalista global como um “meta-modo de produção” (MMP), categoria inédita que permite entender a articulação entre o conceito abstrato de MP e as FES como concretude multimodal nas mudanças na história. O MMP é, portanto, uma “meta-estrutura” que “[...] opera num nível de generalidade e abstração superior ao MP” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 116) no espaço (planeta) e no tempo que se sobrepõem à FES existentes.

Nesse sentido, o caso chinês seria mais uma experiência embrionária de socialismo – lembrando que a União Soviética (URSS) deixou o legado como uma primeira experiência – que, desde as entranhas do meta-modo de produção (MMP) capitalista, estaria se apresentando ao mundo. Nesse sentido, o desafio do livro é oferecer aos leitores, com grande rigor teórico, as contradições inerentes a esse incipiente processo, com um profundo conhecimento empírico da experiência chinesa. O livro traz ainda um belo presente no apêndice sobre os casos do Vietnã e Laos como mais dois exemplos de “formações sociais de novo tipo”.

A obra está organizada de maneira didática, embora aborde conceitos profundos das Ciências Sociais. A estrutura do livro consta de duas partes divididas em oito capítulos cada uma, além de uma introdução e as conclusões. A primeira parte é dedicada aos aspectos teóricos conceituais, e a segunda, a explorar e esmiuçar as características da experiência de um novo tipo de FES na China. Nessa primeira parte, os autores aprofundam nos conceitos de modo de produção, FES, trabalho e valor, até

chegar à elaboração original do conceito de MMP como uma estrutura global. Todas essas ferramentas teóricas, somadas ao rigor científico empregado pelos autores, têm como finalidade entender os modos de produção capitalista e socialista realmente existentes, na sua concretude e historicidade.

A segunda parte consta de mais oito capítulos e leva o leitor num percurso histórico da China moderna na tarefa de desvendar os fundamentos da particular estratégia de desenvolvimento da nação. Essa parte da obra representa a pesquisa de anos de ambos os autores. Evidencia-se, assim, uma riqueza empírica e analítica muito detalhada, ideal para aqueles que desejam conhecer as características socioeconômicas da China contemporânea e entender melhor as dificuldades pelas quais atravessou esse “país-civilização” no seu percurso para a construção do socialismo. O ponto de inflexão é o processo de abertura liderado por Deng Xiaoping em 1978.

O objetivo geral dessa segunda parte é a tarefa hercúlea de ressignificar o socialismo como um projeto desenvolvimentista a partir da experiência da RPC. Para essa tarefa, aplicam-se as ferramentas conceituais elaboradas na primeira parte, operacionalizando os conceitos previamente elaborados. O capítulo 10 apresenta uma análise macroeconômica da China e gráficos interessantes para entender a dinâmica das reformas na China pós 1978. Assim, analisa-se a estratégia chinesa para compor seu “macrosetor produtivo” com políticas econômicas específicas, como: manutenção de uma taxa de câmbio desvalorizada, taxas de juros baixas, desestimulando os influxos de capitais, controle estatal das empresas estratégicas, correta administração de balança de pagamentos e aumento dos salários reais acima da produtividade e da inflação, com o objetivo de criar um mercado socialista moderno.

O capítulo 11 é dedicado a esmiuçar as reformas no setor agrícola e o surgimento de empresas “não capitalistas” orientadas para o mercado, com especial destaque para as *Town Village and Enterprise* (TVE). Os autores mostram que é nesse setor crucial, num país cuja maior parte da população mora no mundo rural, onde aconteceram prematuramente as importantes mudanças das estruturas de propriedade no setor produtivo da China, fato que acompanhou a dinâmica de acumulação do país nos últimos anos.

O capítulo 12 foca nos grandes conglomerados empresariais (GCE) chineses, que, segundo Jabbour e Gabriele, constituem a vanguarda produtiva da nova FES, e isso está intimamente vinculado às regulações financeiras, às mudanças do sistema financeiro estatal chinês e à lenta, mas consistente, construção da soberania monetária do país, temática abordada no capítulo 13.

Com conhecimento singular do objeto de estudo, os autores destacam que, ao longo de quatro décadas, houve profundas mudanças estratégicas no setor empre-

sarial estatal (setor público) que: 1) derivaram em reformas institucionais que elevariam as capacidades estatais “[...] ao ponto do Estado se transformar em executor e financiador em primeira e última instância”; e 2) “[...] pacotes fiscais e políticas industriais foram implantados para que o Estado fosse portador – a partir de suas empresas ou de um setor privado (não público) auxiliar, não concorrente ao estatal – do rumo no sentido da fronteira tecnológica” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 194).

Assim, essa experiência mostra que o setor público da economia chinesa, em constantes mudanças e inovações institucionais, foi gerando efeitos de encadeamento (*spillover*) por toda a economia, impulsionando e reproduzindo os setores não públicos, que foram adquirindo diferentes formas de propriedade. Dentre as inovações mais relevantes, segundo os autores, o destaque foi a criação, em 2003, da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos de Propriedade Estatal – SASAC, segundo a sigla em inglês. Essa instituição age como uma espécie de *manager* e regulador da economia socialista de mercado. A criação da SASAC foi um marco importante no processo de reformas e inovações institucionais na China moderna, promovendo eficiência no setor público como orientador e motor da “nova economia de projeto” a partir da planificação estatal guiada pelos sucessivos planos quinquenais.

Finalmente, o capítulo 16 apresenta a NEP como um novo estágio de desenvolvimento do socialismo na China. O capítulo retoma o conceito originário de Rangel de “economia de projeto” e o aplica para compreender o campo da planificação econômica da China atual. Quiçá seja o *Box* didático número 5 que sintetize de maneira mais clara a noção de NEP como: “[...] uma economia na qual a movimentação da lei do valor encontra grandes restrições, abrindo a possibilidade de existência de uma economia baseada em grandes projetos (de infraestrutura)” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 242). Paralelamente, a NEP “[...] caracteriza-se também por ser uma economia voltada para a construção de grandes bens públicos”, segundo os autores (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 243), os setores “improdutivos” da sociedade, seguindo a diferenciação de Marx.

Jabbour e Gabriele fecham a seção destacando que o “projeto”, na sua manifestação na China como NEP, não é senão o socialismo como se manifesta no mundo real, como a resposta científica ao capitalismo. Em termos dialéticos, a NEP e o governo baseado na razão e na ciência seriam a antítese “[...] da irracionalidade capitalista e do fetichismo do homem sobre si mesmo” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 243).

O livro é um convite à polêmica e ao debate dentro do campo do marxismo e entre os estudiosos sociais da experiência de modernização e industrialização da China contemporânea. A experiência das reformas econômicas da China desde a década de 1970 acontece num momento chave da história. Na política internacional, a RPC

aproveita-se da Guerra Fria e da rivalidade Estados Unidos-URSS, possibilitando a aproximação Nixon-Mao Zedong, que se constituiu como plataforma política crucial para dar início às reformas modernizantes lideradas por Deng Xiaoping, a que as grandes corporações ocidentais aderiram posteriormente.

Não obstante, essas reformas, contrariamente às experiências latino-americanas, não apontaram a realizar reformas neoliberais segundo a cartilha do Consenso de Washington, mas a favorecer profundas reformas, apontando também a metas que outorgaram maiores capacidades ao setor público, como motor dinâmico da economia, promovendo o desenvolvimento das forças produtivas e a transferência tecnológica para fortalecer a economia socialista de mercado. Nessa tarefa, a liderança do Partido Comunista Chinês foi crucial, com todas as contradições inerentes a um processo de mudanças quantitativas e qualitativas tão profundo e veloz.

Para finalizar, o leitor pode sentir-se à vontade para ler o livro como quiser. Pode começar pelas conclusões para ter um apanhado geral da temática, ou por um capítulo de caráter mais empírico, da segunda parte, ou ir diretamente aos conceitos teóricos da primeira parte. Ora, assim como em *O jogo da amarelinha*, do escritor argentino Julio Cortázar, que deixa livre aos leitores ler o livro desde o capítulo que eles desejem, alterando a ordem convencional, o livro de Jabbour e Gabriele nos convida a um amplo debate de ideias que permite aos leitores começar pelo capítulo que considerem mais desafiador para seguir interrogando, questionando ou, simplesmente, abrindo mais janelas de conhecimento de dois tópicos fundamentais do nosso tempo: o socialismo e a China.